



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 134

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO REMOTA

Autos nº 0012353-24.2013.8.24.0600

Ação: **Inspeção/**

Requerente : Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina

Requerido: Juízo de Direito da Vara Única da comarca de Lauro Müller

ATIVIDADE CORREICIONAL

| INFORMAÇÕES PRELIMINARES | | |
|--------------------------|------------------------|-------------------------------|
| I | Número da portaria | 145/2013 |
| II | Período da inspeção | 19/08/2013 a 18/10/2013 |
| EQUIPE CORREICIONAL | | |
| III | Juiza-Corregedora | Maria Paula Kern |
| IV | Escrivão Correicional | Geraldo Della Giustina |
| V | Escrivã Correicional | Perla Maria Fusinatto Schappo |
| VI | Assessora Correicional | Catia Lucila Ricordi Crestani |
| VII | Analista Jurídica | Fernanda Cittadin |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 135

INTRODUÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar um diagnóstico sobre o funcionamento da Unidade Jurisdicional inspecionada, após a coleta de dados realizada durante o período da inspeção.

Dessa forma, busca-se auxiliar e orientar o cartório, a fim de se verificar se este está cumprindo o padrão mínimo de funcionamento exigido pelo Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça.

Em cumprimento às disposições contidas no Ofício Circular CGJ/SC n. 283/2013 - CGJ e em portaria publicada no Diário da Justiça e encartada nos autos digitais do processo CGJ epigrafado, realizou-se a inspeção correicional remota a seguir relatada.

Com a finalidade de captar os dados referentes aos serviços forenses judiciais, no que tange aos registros e à tramitação processual, foram utilizados relatórios próprios, extraídos do Programa Inspeção Virtual, do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de Cartório e de Estatística, dos Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja.

A verificação da observância do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça e de outras determinações procedimentais emanadas do Conselho Nacional de Justiça, da Presidência do Tribunal de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça deu-se por meio da emissão dos relatórios mencionados anteriormente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 136

1 UNIDADE INSPECIONADA

| | | |
|-----|--------------------------------------|---|
| 1.1 | Comarca | Lauro Müller |
| 1.2 | Unidade | Vara Única |
| 1.3 | Municípios integrantes | Lauro Müller |
| 1.4 | Comarca integrada | Não |
| 1.5 | Juiz Titular | Letícia Pavei Cachoeira |
| 1.6 | Chefe de Cartório | Tatiana Firmino Damas |
| 1.7 | Última inspeção por equipe da CGJ/SC | 23/08/2011 a 04/10/2011 (Autos CGJ n.0011254-87.2011.8.24.0600) |
| 1.8 | Entrância | Inicial |
| 1.9 | Observações | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 137

2 INFORMAÇÕES DO CARTÓRIO

2.1 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ5

2.1.1 ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | Valor |
|---------|---|--|
| 2.1.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | - |
| 2.1.1.2 | Processos em andamento | - |
| 2.1.1.3 | Procedimentos em andamento | - |
| 2.1.1.4 | Processos sem movimentação há mais de 365 dias | - |
| 2.1.1.5 | Observações | O SAJ5 ainda não foi instalado na unidade. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 138

2.2 ESTATÍSTICA PROCESSUAL – SAJ/ESTATÍSTICA

2.2.1 ACERVO PROCESSUAL

| | Indicador | Valor |
|---------|---|--|
| 2.2.1.1 | Processos em andamento + procedimentos em andamento | 3.300 |
| 2.2.1.2 | Processos em andamento | 3.077 |
| 2.2.1.3 | Procedimentos em andamento | 223 |
| 2.2.1.4 | Processos sem movimento há mais de 365 dias | 18 |
| 2.2.1.5 | Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013. |

2.2.2 PROCESSOS EM CARGA

| | | | |
|-------------|---|--|-----|
| | Indicador | Valor | |
| 2.2.2.1 | Quantidade total de processos em carga | 1.852 | |
| LOCAL | | | |
| | Indicador | Q1 | Q2 |
| 2.2.2.1.1 | Cargas internas | | |
| 2.2.2.1.1.1 | Contadoria | 0 | 0 |
| 2.2.2.1.1.2 | Distribuição | 0 | 0 |
| 2.2.2.1.1.3 | Juíza (Letícia Pavei Cachoeira) | 1.263 | 434 |
| 2.2.2.1.1.4 | Ministério Público | 75 | 0 |
| 2.2.2.1.1.5 | Serviço Social | 1 | 0 |
| 2.2.2.1.2 | Terceiros sem acesso ao SAJ | | |
| 2.2.2.1.2.1 | Advogado | 167 | 1 |
| 2.2.2.1.2.2 | Central de Plantão Policial | 0 | 0 |
| 2.2.2.1.2.3 | Delegacia de Polícia | 18 | 0 |
| 2.2.2.1.2.4 | Hospital de Custódia | 0 | 0 |
| 2.2.2.1.2.5 | Leiloeiro (Paulo Castelan Minatto)) | 2 | 0 |
| 2.2.2.1.2.6 | Peritos (Péricles de Oliveira Borges, Rafael Hass da Silva, Renê da Silva, Vicente Ganem, Wanderlei Magrini Junior) | 45 | 0 |
| 2.2.2.1.2.7 | Procuradorias | 281 | 0 |
| 2.2.2.1.2.8 | Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Gerencial da Vara) – mês de referência: outubro de 2013. | |

| | |
|---------|---|
| Legenda | Q1 = quantidade total de processos em carga; Q2 = quantidade de processos em carga há mais de 100 dias. |
|---------|---|

2.2.3 PROCESSOS DISTRIBUÍDOS

| | Período | A1 | A2 |
|---------|----------------------------|--|-----|
| 2.2.3.1 | Janeiro a dezembro de 2009 | 2.313 | 193 |
| 2.2.3.2 | Janeiro a dezembro de 2010 | 2.045 | 170 |
| 2.2.3.3 | Janeiro a dezembro de 2011 | 1.989 | 166 |
| 2.2.3.4 | Janeiro a dezembro de 2012 | 2.245 | 187 |
| 2.2.3.5 | Janeiro a setembro de 2013 | 2.053 | 228 |
| 2.2.3.6 | Observações | Informações processuais obtidas mediante consulta ao SAJ/estatística (Relatório Totalizador de Distribuições). | |

| | |
|---------|---|
| Legenda | A1 = quantidade total de processos distribuídos; A2 = média mensal (média aritmética simples da quantidade processos distribuídos dividida pela quantidade de meses pesquisados). |
|---------|---|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 139

2.3 INSPEÇÃO VIRTUAL

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|--|---|----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.3.1 | Processos ativos sem localização física há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro. | 0 | 0 |
| 2.3.2 | Processos ativos com localização física em "arquivo administrativo", "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 1 | 0 |
| 2.3.3 | Processos ativos com localização física em "Superior Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça", "Tribunal de Justiça – CERC", "Tribunal Regional Federal", "Turma de Recursos" | | 0 | 0 |
| 2.3.4 | Processos ativos com localização física em "cartório – processo suspenso", "cartório – suspenso (art. 366 CPP)" e "cartório – suspenso (art. 89 Lei 9.099/95)" | | 4 | 4 |
| 2.3.5 | Autos devolvidos à origem ou entregues à parte (localização física em "devolvido à origem", "entregue à parte" e "remetido") | | 0 | 0 |
| 2.3.6 | Processos dependentes ativos cujos autos principais foram baixados | | 2 | 1 |
| 2.3.7 | Recursos ativos cujos autos principais foram reabertos | O relatório não deve trazer registro de ação penal com sentença condenatória transitada em julgado sem PEC. | 0 | 0 |
| 2.3.8 | Processos criminais com sentença condenatória sem a criação de PEC | | 36 | 18 |
| 2.3.9 | Processos de Guarda, Perda e/ou Suspensão do Poder Familiar com tramitação há mais de 120 dias – art. 163, ECA | O relatório não deve trazer registro. | 1 | 0 |

| | | |
|--------|-------------|---|
| 2.3.10 | Observações | 1) V1: data 15/08/2013. 2) V2: data 23/10/2013. 2.1) Item 2.3.4: os registros apontados na Verificação 2 são diversos daqueles apontados na Verificação 1, estes foram corrigidos. 2.2) Item 2.3.6: a unidade informou à fl. 93 que efetivamente há um processo em aberto, n. 087.02.0011640/018. A parte retirou em carga no dia 07/05/2013 e não procedeu a devolução, foi expedida Carta Precatória para busca e apreensão dos autos em 23/09/2013. 2.3) Item 2.3.8: quanto aos registros que ainda permanecem no relatório, a unidade justificou à fl. 94, que o PEC não foi expedido porque ainda não houve trânsito em julgado e o réu é solto, inexistindo execução provisória da reprimenda. 3) Orienta-se que a chefe de cartório mantenha controle estatístico da unidade, observando as instruções constantes da Orientação CGJ/SC n. 16 (http://cgj.tj.sc.gov.br/intravet/orientacoes/index.html). As recomendações para correção dos problemas diagnosticados também foram antecipadamente encaminhadas por e-mail para o endereço eletrônico institucional da unidade. |
|--------|-------------|---|

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 140

2.4 SAJ/CARTÓRIO

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|---|-----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 2.4.1 | Audiências com situação "pendente" há mais de 30 dias | O relatório não deve trazer registro. | 24 | 0 |
| 2.4.2 | Acompanhamento de infrações penais – apresentação em aberto há mais de 30 dias | | 90 | 0 |
| 2.4.3 | Acompanhamento de infrações penais – prestação em aberto há mais de 30 dias | | 195 | 1 |
| 2.4.4 | Acompanhamento de infrações penais – multa penal em aberto há mais de 30 dias | | 39 | 0 |
| 2.4.5 | Acompanhamento de infrações penais – medida de segurança em aberto há mais de 30 dias | | 0 | 0 |
| 2.4.6 | Réu preso | O relatório deve conter os acusados presos em razão de prisões processuais e os apenados em regime aberto. Somente conterà os apenados com condenação definitiva (transitada em julgado) que estejam cumprindo pena em estabelecimentos da comarca. Além disso, a quantidade de presos das unidades prisionais locais deve coincidir com o número informado no Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais. | 8 | 10 |
| 2.4.7 | Rol de culpados | Deve refletir fielmente as sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado. | - | - |
| 2.4.8 | Rol da Lei n. 9.099/1995 – transação penal | Deve refletir fielmente as sentenças de homologação de transação penal. | - | - |
| 2.4.9 | Rol da Lei n. 9.099/1995 – suspensão | Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão processual. | - | - |
| 2.4.10 | Rol de processo suspenso – CPP, art. 366 | Deve refletir fielmente as decisões decretando a suspensão do artigo 366 do Código de Processo Penal. | - | - |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 141

| | | | | |
|--------|---|--|-------|-----|
| 2.4.11 | Pendências e prazos em aberto (período de pesquisa – em ambos os campos: 01/01/1900 a 31/07/2013) | | 1.683 | 6 |
| | AR | | 3 | 0 |
| | Ação incidental | | 1 | 0 |
| | Assunto do processo | | 0 | 0 |
| | Carga | | 131 | 1 |
| | Cartas recebidas | | 8 | 0 |
| | Custas | | 240 | 3 |
| | Editais de intimação de advogado | | 942 | 0 |
| | Execução de sentença | | 0 | 0 |
| | Feriado | | 6 | 0 |
| | Incidente processual | O relatório deve trazer os registros efetivamente pendentes. | 7 | 0 |
| | Mandados | | 17 | 0 |
| | Movimentação | | 84 | 0 |
| | Pauta de audiências | | 0 | 0 |
| | Peticionamento eletrônico | | 0 | 0 |
| | Petição intermediária | | 54 | 2 |
| | Processo | | 71 | 0 |
| | Recurso | | 0 | 0 |
| | Usuário | | 119 | 0 |
| 2.4.12 | Processo com situação "arquivado administrativamente", com local físico "arquivo central" e "sala de arquivo" | | 157 | 145 |
| 2.4.13 | Mandados de prisão em aberto com "erros" | | 4 | 0 |
| 2.4.14 | Mandados em carga com OJ há mais de 30 dias | | 78 | 48 |
| 2.4.15 | ARs não devolvidos pela ECT + 45d | | 14 | 8 |

| | | |
|--------|-------------|---|
| 2.4.16 | Observações | <p>1) V1: data 15/08/2013.</p> <p>1.1) Item 2.4.12: dos 157 processos, 1 apresenta registro de local físico "arquivo central" e 156 apresentam registro de local físico "sala de arquivo".</p> <p>2) V2: data 23/10/2013.</p> <p>2.1) Item 2.4.11: a unidade justificou à fl. 94 que este relatório está parcialmente regularizado, restando duas pendências de petição para juntar: uma, em razão de os autos estarem em grau de recurso (STJ) e outra, no arquivo central pendente de remessa à Comarca, além das pendências de custas que não são baixadas no cartório. Quanto às pendências de custas, verificou-se que foram baixadas pelo contador. Recomenda-se que mesmo que as guias já estejam vencidas não sejam excluídas, pois o controle é feito pela GECOF. Em relação aos mandados, verificou-se que dos 17 registros apontados na Verificação 1, no processo nº 087.11.000119, a pendência foi baixada em 22/08/2013, entretanto não há movimentação de juntada do mandado no sistema. Por sua vez, as petições intermediárias, em consulta por amostragem, constatou-se que em alguns processos (nºs 087.98.000387-0; 087.97.001039-3; 087.97.000763-5) a pendência foi baixada, mas não há a devida movimentação de "juntada" no sistema.</p> <p>2.2) Item 2.4.12: dos 145 processos, todos apresentam registro de local físico "sala de arquivo".</p> <p>2.3) Item 2.4.15: a unidade informou à fl. 94 que estão pendentes no relatório os Ars de nºs. 115598954TJ; 115602251TJ e 115608991TJ, apesar de a Secretaria do Foro já ter oficiado a ECT para devolução.</p> |
|--------|-------------|---|

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 142

2.5 SAJ/ESTATÍSTICA

RELATÓRIO

| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
|-------|---|---|-----|-----|
| 2.5.1 | Processos ativos sem movimentação lógica há mais de 365 dias | O relatório não deve trazer registro. | 126 | 18 |
| 2.5.2 | Processos ativos sem vinculação de assunto (tabelas processuais unificadas) | | 101 | 0 |
| 2.5.3 | Processos em carga há mais de 100 dias | | 548 | 435 |
| 2.5.4 | Meta 2 do CNJ - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2006. Processos ativos de competência do Tribunal do Júri e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2007 | | 10 | 11 |
| 2.5.5 | PJP (programa de julgamento prioritário) - processos ativos e sem movimentação de sentença, distribuídos até 31/12/2008 – processos cíveis, criminais e de competência do Tribunal do Júri | | 38 | 28 |
| 2.5.6 | Observações | O relatório do PJP engloba os processos constantes no relatório da Meta 2 do CNJ, por ser mais abrangente. 1) V1: data 15/08/2013. 2) V2: data 23/10/2013. 2.1) Item: 2.5.1: a unidade justificou à fl. 95 que ficaram pendentes somente alguns processos conclusos. 2.2) Itens 2.5.4 e 2.5.5: a unidade informou à fl. 95 que alguns processos permanecem pendentes, tendo em vista que aguardam instrução probatória. | | |

| | |
|---------|--|
| Legenda | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados. |
|---------|--|



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 143

2.6 SISTEMAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
|-------|---|---|----|----|
| 2.6.1 | JUSTIÇA ABERTA – Sistema de Informações da Corregedoria Nacional de Justiça (Passo 1) | As informações devem ser alimentadas, pelo chefe de cartório, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | NA | CA |
| 2.6.2 | SNBA – Sistema Nacional de Bens Apreendidos | Os bens devem ser cadastrados, pelo servidor, até o último dia útil do mês seguinte ao da distribuição do processo ou do procedimento criminal em que houve a apreensão. | PA | PA |
| 2.6.3 | SNCI – Sistema Nacional de Controle de Interceptações | As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | PA | CA |
| 2.6.4 | CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais | As informações devem ser alimentadas, pelo Magistrado com competência criminal, sempre até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. | PR | PR |
| 2.6.5 | CNCIAI – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade | As informações devem ser alimentadas mensalmente, pelo Magistrado, indicando-se somente as alterações, inclusões e exclusões, processadas após trânsito em julgado da sentença condenatória. | CA | CA |
| 2.6.6 | Observações | 1) V1: data 14/08/2013. 1.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 04/04/2013. 1.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 12 registros de processos e 34 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ/PG, verificou-se que há processos que não foram cadastrados no sistema. 1.3) Item 2.6.3 (Sistema Nacional de Controle de Interceptações): meses faltantes: julho de 2009, fevereiro de 2010 e julho de 2013. 1.4) Item 2.6.4 (Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais): não há estabelecimentos penais registrados. 1.5) Item 2.6.5 (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade): A consulta ao SAJ foi dividida em 3 classes: 1 – Ação Civil Pública, 28 – Ação Popular e 328 – Ação de Improbidade Administrativa, abrangendo as situações “em andamento”, “arquivado”, “suspense”, “arquivado administrativamente”, “grau de recurso”, “remetido a outro juízo ou entregue à parte”, “remetido a outro Foro” e “recebido em outro Foro”. Dentre as classes processuais e situações especificadas acima, a pesquisa no SAJ apontou um único processo passível de registro, o qual já está devidamente cadastrado. (Processo nº 087.00001065-7). 2) V2: data 23/10/2013. 2.1) Item 2.6.1 (Justiça Aberta): última atualização em 14/10/2013. | | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 144

| | | |
|---------|--|---|
| | | 2.2) Item 2.6.2 (Sistema Nacional de Bens Apreendidos): foram encontrados 59 registros de processos e 107 registros de bens no sistema. Em consulta ao sistema SAJ/PG, verificou-se que há um processo que não foi cadastrado no sistema (n. 087.13.000281-6). Ressalta-se que conforme Ofício-Circular n. 448/2013, datado de 21 de outubro de 2013, as armas e bens apreendidos nos processos de competência da Infância e Juventude devem também ser cadastrados no SNBA. Tais processos não foram objeto de verificação nessa Inspeção. |
| Legenda | | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento. |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 145

3 INFORMAÇÕES DO GABINETE

3.1 CUIDA/CADASTRO ÚNICO INFORMATIZADO DE ADOÇÃO E ABRIGO

| RELATÓRIO | | | | |
|-----------|---|---|----|----|
| | Indicador | Padrão de conformidade | V1 | V2 |
| 3.1.1 | Cadastro único informatizado de adoção e abrigo – abrigos (relatório de visita às entidades de acolhimento) | As informações devem ser alimentadas mensalmente pelo Magistrado (envio do relatório de visita mensal), de acordo com o art. 6º da Resolução Conjunta nº 08/09-GP/CGJ. | PA | CA |
| 3.1.2 | Observações | 1) V1: data 15/08/2013. Existe um programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema: Programa Família Acolhedora, o qual foi alimentado pela última vez na data de 10/07/2012. Obs.: os relatórios foram incluídos no sistema pela assistente social Glíssia Rejane Zaniboni. 2) V2: data 23/10/2013. Existe um programa de acolhimento familiar cadastrado no sistema: Programa Família Acolhedora, o qual foi alimentado pela última vez na data de 30/09/2013 (referente ao relatório de acompanhamento mensal do mês de setembro). Obs.: os relatórios foram incluídos no sistema pela assistente social Glíssia Rejane Zaniboni. | | |
| Legenda | | V1 = primeira coleta de dados; V2 = segunda coleta de dados; CA = CORRETAMENTE ALIMENTADO: quando o sistema foi alimentado até a data estipulada; NA = NÃO ALIMENTADO: quando o sistema não foi alimentado até a data estipulada; PA = PARCIALMENTE ALIMENTADO: quando os registros do sistema não estão de acordo com o SAJ ou outro parâmetro utilizado; PR = PREJUDICADO: quando o sistema não se aplica à unidade ou não há necessidade de preenchimento. | | |



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
Corregedoria-Geral da Justiça
Divisão Administrativa

fls. 146

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Os trabalhos da inspeção correicional iniciaram na data mencionada nas informações preliminares, de forma remota, por esta Corregedoria-Geral da Justiça.

Na primeira verificação, foram consultados e emitidos diversos relatórios por meio dos programas SAJ/EST – Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de estatística, Inspeção Virtual, SAJ/PG - Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau – módulo de cartório, Sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Cuida - Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo/Ceja, os quais foram enviados à unidade por correio eletrônico, juntamente com as instruções para a realização dos ajustes.

Foi concedido o prazo de sessenta dias, a partir do recebimento dos relatórios e das instruções, para que a unidade efetuasse as correções dos registros apontados, período em que a Corregedoria-Geral da Justiça permaneceu à disposição para dirimir dúvidas.

Decorrido o prazo inicial para a regularização dos registros, procedeu-se à segunda verificação, com os mesmos parâmetros da primeira, cujos dados permitiram a finalização do presente relatório.

À consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de novembro de 2013.

Catia Lucila Ricordi Crestani
Assessora Correicional – Mat. 6.508

Fernanda Cittadin
Analista Jurídica – Mat. 22.690